

ROTEIRO: Os ventos da exclusão

Roteirista: Pedro Belo

MEGHIE: Este episódio só foi produzido graças ao Observatório da Branquitude, uma organização que produz conhecimento e pressiona autoridades para que enfrentem as desigualdades raciais.

MEGHIE: E o Ciência Suja tem o apoio de sempre do Instituto Serapilheira, que financia a ciência e a comunicação científica no Brasil.

INÍCIO DO EPISÓDIO

CONVERSA COM ROSELMA

[Pedro] eu falo com a Roselma mas tá baixinho “O quarto de vocês ficava aqui?”

THEO: Talvez tenha sido difícil de escutar: Mas esse aí é o Pedrão, nosso produtor Pedro Belo. Ele tava junto com o Caio Santos, parceiro aqui do Ciência Suja, da Griô Podcasts, caminhando pelo terreno onde ficava a casa que a Roselma morou com o marido Cleyton e os dois filhos do casal. Os pais do Cleyton também ficavam ali do lado, um tio dele ainda tá por lá.

THEO: A casa da Roselma já não existe mais. Mas ela viveu ali por muitos anos. Pelo menos dez deles entre dois aerogeradores, duas torres imensas de 80 metros de altura que ficam de costas pro terreno. Venta bastante por ali. Mas não é o barulho do vento que você está escutando.

CONVERSA COM ROSELMA

[Pedro] Parece mais perto até do que, você falou 160 metros...

[Roselma] A gente achava que essa aqui era mais próxima, mas essa daqui é mais...

[Caio] Eu moro perto do aeroporto lá em Recife, é o mesmo o barulho.

[Roselma] Mas tem uma hora que silencia mais, né?

[Caio] Ah, com certeza.

MEGHIE: Se você vive em uma grande cidade, talvez já tenha se acostumado com o barulho intermitente dos aviões, mesmo não morando perto de um aeroporto. Mas é diferente na Comunidade Rural do Sítio Sobradinho, em Caetés, no interior de Pernambuco.

ROSELMA

Era um barulho o dia inteiro, eram até 24 horas eu esse barulho. Você deitava, você sentia a cama estremecer. A gente costuma dizer que é um avião que nunca pousa. Porque é 24 horas sem intervalo nenhum, sem parar. E quando vai chegando a noite, vai piorando, o barulho vai aumentando mais ainda.

MEGHIE: E não é que a Roselma e o Cleyton resolveram construir a casa deles ao

lado de um parque eólico que já existia. Eles e as famílias que ainda moram ali chegaram muito antes.

MEGHIE: Mas depois de 2014, com a instalação de uma série de empreendimentos eólicos na região, a Roselma e tantas pessoas tiveram que conviver com o barulho constante das torres. Um ruído tão alto e tão incômodo que ficou registrado em uma pesquisa multidisciplinar liderada pela Fiocruz de Pernambuco.

WANEISSA GOMES

Aí 77% das pessoas entrevistadas disseram que tem a questão do estresse. Perda da qualidade do sono também: 75% das pessoas estavam relatando perda da qualidade do sono. E aí vem vários, uma sequência de sintomas e aí eu vou destacar também a questão da ansiedade, que é em saúde mental, que é 63%. A gente fala também de irritação dos olhos...

THEO: Na última década os ventos da transição energética chegaram com tudo no nordeste brasileiro. A expansão de parques eólicos na caatinga segue uma curva crescente, da Bahia ao Piauí, passando por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão: foram 16 mil hectares de vegetação nativa, ou 16 mil estádios do Maracanã, que abriram espaço para parques eólicos entre 2016 e 2025. Isso segundo dados recentes do MapBiomas.

THEO: Mas o desmatamento está longe de ser o único impacto, como você já deve ter se ligado pela história da Roselma.

LUIS ANTONIO SOARES

A gente verifica que é utilizado a região Nordeste como uma zona de sacrifício. Quando a gente fala isso, a gente inclui pessoas, agricultores e agricultoras, camponeses, indígenas, quilombolas, né.

MEGHIE: Neste episódio produzido em parceria com o Observatório da Branquitude, o Ciência Suja foi até o interior de Pernambuco para conversar com pesquisadores e pessoas que resistem à ofensiva dos parques eólicos na região. A gente também buscou entender como está acontecendo essa transição energética “supostamente limpa” no Brasil, que se apropria dos recursos naturais enquanto causa prejuízos para comunidades historicamente excluídas.

THALES VIEIRA

Tem que desmistificar a ideia de que essa é uma decisão apenas técnica. Essa é uma decisão política. Certamente feita muito em determinados espaços que são espaços tidos da elite e espaços brancos. Mas há uma decisão política de instalação de usinas eólicas em determinados espaços, que são espaços racializados, espaços de comunidades racializadas.

MEGHIE: Eu sou a Meghie Rodrigues.

THEO: Eu sou o Theo Ruprecht e esse é o Ciência Suja, o podcast que mostra que em crimes contra a Ciência, as vítimas somos todos nós.

VÍDEO DO MARCO ZERO CONTEÚDO

Barulho de hélice de eólica se desprendendo e caindo
Vai cair!

MEGHIE: O rangido que você escutou, seguido de um barulho que parece saído de um bicho muito grande, um cavalo, sei lá, é de um catavento gigante em agonia. Uma das três hélices quebrou e ficou pendurada por um tempo, até que se soltou, causando esse último estrondo.

ROSELMA

Foi de manhãzinha, eram 6 horas da manhã, a gente tava deitada ainda e a gente escutou um barulho.

MEGHIE: O vídeo foi gravado em 2021 pela Roselma e o Cleyton no quintal de casa, a 160 metros de distância da casa. O vídeo está em uma matéria do Marco Zero Conteúdo, que a gente vai deixar no nosso material complementar.

ROSELMA

Aí o meu marido gritou, corre que a torta tá caindo em cima da casa. Aí eu pulei da cama, as crianças estavam dormindo ainda e começou aquele desespero, não sabia se corria para fora, ou se corria para debaixo da cama, debaixo da mesa. Assim que a gente saiu correndo pra ficar o máximo de distância delas, né? Porque quando a gente abriu a porta que a gente viu ainda, ela tava assim, ó, indo num canto e no outro, que ia cair ainda.

MEGHIE: O Pedro Belo e o Caio Santos, que mora em Recife e já editou muitos episódios nossos, estiveram lá no território com a Roselma, justamente para captar impactos desses empreendimentos que são difíceis de quantificar à distância.

PEDRO: Oi, gente, é o Pedro aqui. Pois é, como se não bastasse conviver há sete anos com o barulho constante da torre, em 2021 o maior medo da Roselma se tornou uma ameaça bastante real: o de que uma daquelas torres, uma a 160 e a outra a 180 metros da casa dela, despencasse sobre a cabeça deles.

ROSELMA

O meu menino mesmo não queria mais dormir sozinho na cama dele. Qualquer barulho que ele ouvia, ele dizia que era a torre que caía em cima da casa.

PEDRO: A situação chegou ao absurdo do filho da Roselma, um menino de 9 anos na época, precisar de remédio pra dormir. E vou te falar que dá para entender.

PEDRO: A gente chegou a Caetés vindo de Buíque, no Vale do Catimbau. Não é um

percurso óbvio, e mais para frente você vai entender porque a gente fez esse caminho. Mas a nossa ida de um vale para uma região de serra contou com uma subida em direção a uma fileira de torres no alto de uma montanha. Essas torres só cresciam no horizonte conforme a gente aproximava, até que em uma curva da subida, a gente viu aquele monte de catavento gigante enfileirado, com nosso carrinho passando no meio. Diz aí, Caio.

CAIO: Oi, gente. É uma sensação bem estranha, uma vista meio bonita, meio assombrosa. Pelo que a gente apurou, as torres do parque eólico ali da região tem por volta de 80 metros de altura. Se for considerar que um prédio tem em média três metros por andar, cada torre seria um prédio de 26 ou 27 andares. Nem em Recife, e nem São Paulo, terra de arranha-céu, é comum ter tanto prédio nessa altura. É uma parada que intimida.

CAIO: A gente parou na beira da estrada para tentar registrar o barulho com nossos microfones, mas as condições ali não estavam ideais. Longe disso. O tráfego de carros e caminhões também fazia um barulhão, não dava direito para avaliar o impacto das torres em si. Mas o que dava para falar logo de cara é que realmente dá um certo medo ficar de baixo daquelas torres ouvindo os rangidos do metal, vendo as hélices passando sobre a sua cabeça. Vendo a sombra que elas fazem rodando na paisagem.

PEDRO: Eu pelo menos fiquei muito incomodado quando a gente parou bem embaixo de uma das torres. Aí já foi na região do sítio sobradinho, longe da rodovia, na zona rural de Caetés. Ali não tinha nenhum barulho que não fosse da torre. Não tinha nenhuma cerca, nenhuma proteção, a gente parou o carro embaixo da torre, a menos de 10 metros da escada de acesso para uma delas. Dá uma vertigem mesmo ver aquele negócio girando sobre a nossa cabeça.

PEDRO: Isso fora o barulho. Eu levei um medidor de decibéis simples pra essa viagem, foi até por causa dele que na abertura do episódio você me escutou perguntando para a Roselma onde ficava o quarto dela. É que eu queria me posicionar exatamente onde ela dormia para medir o ruído das turbinas. E ele ficou entre 66 e 68 decibéis na maior parte do tempo; chegou a bater 84 em uma hora que o vento aumentou. E 84 decibéis é tipo uma moto passando do seu lado, ou um aspirador ligado. Para você ter uma ideia, a recomendação da OMS é que as pessoas não convivam com ruídos acima de 45 decibéis por muito tempo. A exposição frequente a volumes superiores é associada a um risco maior de doenças cardiovasculares.

PEDRO: E aí a gente volta para a história da Roselma. Impossível não se colocar no lugar dela, do marido ou dos filhos. Mesmo antes daquele acidente com a hélice, a convivência com aqueles gigantes de metal, girando e zunindo 24 horas por dia, já não estava nada boa.

ROSELMA

O barulho é um barulho terrível, aquilo ali entra na sua cabeça e você fica estressada. Eu mesmo estava em tempo de enlouquecer com o estresse. Estressado, para você

falar, você começava a gritar para competir com o barulho do aéreo que estava fazendo o barulho. Você não falava mais baixinho, era só gritando.

PEDRO: A Roselma e o Cleyton pararam de plantar na terra com medo de possíveis descargas elétricas das torres. E as criações de ovelhas, cabras e galinhas também sentiram os impactos.

ROSELMA

E questão das aves, as galinhas que a gente costuma dizer que se deitava para tirar os pintinhos, não estavam saindo mais, não estavam chocando.

PEDRO: As empresas de energia eólica chegaram na região do sítio Sobradinho, onde a Roselma morou a vida toda, prometendo a “energia do futuro”. Ela viria de um simples catavento que teria impacto zero, não faria barulho nenhum. E ainda geraria empregos e redução nas contas de luz. Algo que não aconteceu.

PEDRO: O Cleyton até chegou mesmo a ser contratado por algumas empresas para trabalhar na montagem de torres, mas sempre em projetos distantes do território, na Bahia, ou no Maranhão. Por ali mesmo, ele não pegou nada.

CAIO: Ali pelo sítio Sobradinho, os problemas começaram já na instalação das torres, com trânsito intenso de caminhões nas estradas, além do barulho e da poeira constante. Ao ver que uma torre estava sendo erguida tão perto da sua casa, a Roselma se preocupou e tentou entender o que estava acontecendo com os funcionários da obra. Eles disseram que ela devia procurar os responsáveis pela subestação.

ROSELMA

A gente procurou. Não quiseram nos receber, depois a gente foi de novo, não receberam, sei lá, vocês têm 10 minutos para falar o que vocês querem. Beleza, a gente falou, mas ficou naquilo. Falamos, falamos e nada foi feito.

CAIO: Depois de mais algumas tentativas sem sucesso, a Roselma e alguns vizinhos resolveram partir para a briga.

MARIDO DA ROSELMA

Nós passamos aqui, tem uma barriguda aqui, tinha uma casa ali também.

CAIO: A barriguda é uma das árvores símbolo da resiliência da caatinga, e tem esse nome justamente porque o tronco é dilatado, parece uma barriga, para funcionar como um reservatório. Foi ali, na sombra dela e no caminho da subestação mais próxima que Roselma e os vizinhos começaram o protesto que aos poucos ia fazer do sítio Sobradinho em Caetés um símbolo de resistência.

ROSELMA

Aí a gente pegou uma panela grande, fizemos um caldo de mocotó no meio da estrada e ficamos com a panela lá no meio da estrada pra ninguém passar. Ficamos lá. Colocamos mato, essas coisas e colocamos pra ninguém passar.

CAIO: Aos poucos, essa resistência foi se espalhando.

WANESSA GOMES

Eu acho que não só Caetés, Caetés é quem gritou primeiro. A gente tem um grupo de estudos que agora está parado, mas vinha gente do Rio Grande do Norte. A gente tem contato com o pessoal da Paraíba, do Ceará. Então assim, os problemas de Caetés não é diferente em nada dos problemas que são encontrados em outras pesquisas, por exemplo, em outros estados

CAIO: Tá aí a Wanessa Gomes. Você ouviu ela no começo do episódio falando de uma pesquisa que mostrava os efeitos das eólicas na saúde.

WANESSA GOMES

Então, eu sou Wanessa Gomes, sou professora há quase 14 anos da Universidade de Pernambuco, sou enfermeira sanitária. Tenho um doutorado em saúde pública. Também sou professora colaboradora do programa de pós-graduação aqui da Fiocruz.

CAIO: Na entrevista, ela narrou a primeira vez que foi na comunidade de Sobradinho.

WANESSA GOMES

E quando a gente chega lá, tinha em torno de umas 15 famílias para nos receber para essa reunião, para eu poder entender o que estava acontecendo, quais eram os problemas de saúde que o pessoal estava relatando. E todas essas pessoas que estavam lá, estavam com uma sacolinha para mostrar as medicações que tomam. Então, todo mundo estava tomando uma medicação, que a gente chama de medicação controlada, tarja preta, que é para dormir, para ansiedade, para depressão, enfim, benzodiazepínicos em sua grande maioria. E bem chorosas.

CAIO: Muitos dos moradores tinham queixas que se alinhavam com a chamada síndrome da turbina eólica, uma condição identificada pela pesquisadora estadunidense Nina Pierpoint que inclui dores de cabeça, tonturas, zumbidos nos ouvidos, distúrbios no sono e muito mais.

WANESSA GOMES

Um dos dentistas do nosso grupo, ele fez esses exames, ele também constatou que 90% das pessoas estavam com bruxismo.

CAIO: Bruxismo é aquele aperto ou ranger constante dos dentes, que pode acontecer durante o sono ou mesmo quando você está acordado. O estresse está associado a esse problema. E ainda daria para falar de perda auditiva causada pela exposição constante aos ruídos de várias frequências. A Roselma também relatou sobre o efeito estroboscópico, que é quando uma fonte de luz fica piscando enquanto ilumina algo em

movimento. Dói o olho só de imaginar.

ROSELMA

A gente via a sombra até a noite, a gente via a sombra dentro de casa.

[Pedro] Como se fosse uma boate.

CAIO: Só por isso já está claro que essa história de impacto zero não passa de balela, né. No fim, nem a conta de luz baixou.

ROSELMA

Olha, a gente pagava, era de 10 a 15 reais que a gente pagava. Enquanto a gente tava aqui, chegou a conta de 300 reais pra gente pagar.

[Caio] Meu Deus!

RESPIRO

THEO: Como talvez você tenha pescado, a Roselma e a família dela não moram mais ali, ao lado dos aerogeradores. Depois de muitos anos de negociações, ela aceitou um acordo que veio com uma indenização de 100 mil reais. É um valor insuficiente pra cobrir o custo de um terreno e de uma casa nova, que ela sente até hoje que não é dela. Mais adiante a gente volta para a Roselma, mas por enquanto vamos entender contra quem ela está lutando.

THALES VIEIRA

Quando a gente está falando de colonialismo energético, a gente está falando que determinadas empresas, grupos, países que estão ligados ao Norte Global exploram e desapropriam pessoas, exploram territórios, impõem um sofrimento para determinadas comunidades para levar essa riqueza embora desses territórios. Então, os territórios não colhem os benefícios, mas a riqueza é levada embora e, nesse caso, a riqueza é a energia.

THEO: Esse que você ouviu agora é o Thales Vieira, um antropólogo carioca que é diretor de estratégias e programas e um dos fundadores do Observatório da Branquitude.

THALES VIEIRA

Meu trabalho, o trabalho do Observatório da Branquitude, não se diferencia muito dos trabalhos de outras organizações negras que estão pensando a superação do racismo. A nossa diferença é que a gente está olhando para como a manutenção do racismo e dessa engrenagem racial privilegia alguns. Não só como ela vitimiza muitos, mas como privilegia alguns e como é a partir desse privilégio que se mantém uma estrutura racista no Brasil.

THEO: O Thales foi um dos responsáveis por supervisionar o “Guia para uma transição energética justa: raça, gênero e território como bússolas para imaginar o futuro”. É um relatório que faz uma análise crítica e muito séria sobre a expansão da energia eólica

no Brasil. O guia foi lançado em maio de 2026, e destacou uma questão importante: a invisibilidade estatística.

THALES VIEIRA

Por que a gente está falando sobre isso? Os órgãos fundamentais de controle e de regulação desse tipo de instalação de empreendimentos energéticos e de empreendimentos de grande impacto ambiental, e aqui estou falando da ANEEL, da EPE, que é a Empresa de Pesquisas Energéticas, o IBAMA, os principais órgãos que regulam, pensam e produzem dados sobre esses empreendimentos pouco produzem dados populacionais. Eles não produzem, por exemplo, dados de raça e gênero. Não estão pensando em dados de raça e gênero.

THEO: A equipe do Observatório cruzou dados censitários da PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, com os dessas três instituições que o Thales citou (a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, a EPE e o Ibama). Isso para entender como a expansão da infraestrutura elétrica no Brasil está se desenhando pelo território, e como as populações locais podem ser impactadas.

THEO: O levantamento segue a metodologia internacional “Justice by Design”, que surgiu para antecipar prejuízos socioambientais. Você basicamente mapeia a situação, inclusive do ponto de vista social e com recortes de raça, para não menosprezar certos efeitos na população local. E isso, idealmente, antes de eventualmente subir um monte de ventilador gigante em um determinado local.

MEGHIE: Outro eixo do levantamento do Observatório da Branquitude analisou estudos de caso sobre territórios no Nordeste brasileiro, entre eles o Sítio Sobradinho, em Caetés. A outra região é uma faixa litorânea no Rio Grande do Norte que compreende os municípios de Macau, Caiçara do Norte, Galinhos e São Miguel do Gostoso, que deve receber projetos eólicos offshore nos próximos anos. “Projeto eólico offshore” é instalar os aerogeradores em alto mar mesmo. Acontece que essa região hoje é habitada por comunidades que vivem da pesca artesanal e do turismo.

MEGHIE: A escolha desses recortes territoriais não é à toa: neles há uma presença bem documentada de populações negras e indígenas historicamente mais prejudicadas e com dificuldade de acesso a bens e direitos.

THALES VIEIRA

A estimativa é que 120 mil pessoas vivem em áreas com aerogeradores. Dessas 120 mil pessoas, 72% são pessoas negras e indígenas.

MEGHIE: Isso só escancara quem mais está sofrendo com esses projetos “limpos”. E mostra como empreendimentos energéticos no país não estão antecipando prejuízos e gerando inclusão, como o guia do Observatório pede. Pelo contrário, eles parecem estar intensificando a desigualdade e reproduzindo dinâmicas tão antigas quanto o “descobrimento” — entre aspas — do Brasil.

LUIZ ANTONIO SOARES

Então, o primeiro recorte, a gente pode dizer isso: que as pessoas que são atingidas têm cor, raça e gênero. Por que gênero? Porque quem suporta o maior impacto desse processo de transição em curso são as mulheres negras. Então, isso a gente pode ver pelo censo, que a gente vai perceber o censo rural...

MEGHIE: Esse é o professor Luiz Antonio Soares, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e um dos responsáveis pela pesquisa e elaboração do Guia para uma Transição Energética Justa.

LUIZ ANTONIO SOARES

Durante minha pesquisa, eu me deparei com o conceito de colonialismo energético. Esse conceito abre para uma análise mais ampla, porque o que a gente observa no Nordeste brasileiro é a continuidade do processo de colonização promovido pelos grandes centros econômicos globais. Então, dentro de uma lógica colonial, que é um conceito que é amplamente discutido quicá no último século, a gente verifica que é utilizado a região Nordeste como uma zona de sacrifício.

THEO: Se você escutou o nosso episódio “Zonas de Sacrifício” ou o “Picaretagens para adiar o fim do mundo”, os dois de 2025, talvez você esteja um pouco mais familiarizado com essa discussão. Se ainda não, vale a pena, os dois vão ser ótimos complementos.

THEO: Enfim, em resumo as zonas de sacrifício são áreas em que as empresas “despejam” suas externalidades negativas, as consequências negativas das suas atividades. Pode ser uma cidade onde várias indústrias soltam seus poluentes, como aconteceu com Cubatão no passado. Ou uma terra onde viviam povos originários que é inundada para fazer uma represa de hidrelétrica, como rolou em Itaipu. Ou um local onde turbinas eólicas tiram a paz e o sustento de quem está por perto.

THEO: O fato é que essa transição energética que a gente está vivendo segue reproduzindo lógicas extrativistas e coloniais. É chegar, se apropriar da terra e dos recursos naturais que tão ali — nesse caso o vento — e dane-se quem mora ali.

LUIZ ANTONIO SOARES

A gente sabe que o Nordeste Brasileiro, especialmente o semiárido, é onde se concentra o maior número de quilombos do Brasil. Então, a população indígena, historicamente, foi empurrada para o semiárido também no Nordeste brasileiro. O estado de Pernambuco, que a gente nem imagina, mas concentra a quarta maior população indígena do Brasil. Então, as pessoas que são impactadas, elas têm descendência afroindígena e foram empobrecidas com o passar dos anos desse processo de exploração colonial.

MEGHIE: Para ilustrar essa afirmação do Luís, a gente vai trazer mais dois exemplos aqui no episódio. O primeiro é a comunidade quilombola de Macambira, na região do

Seridó, no Rio Grande do Norte. A gente conversou com a Rani Sousa, que mora nessa região e estudou o tema na sua pesquisa de mestrado.

RANI SOUSA

E essa comunidade recebeu aerogeradores a partir de 2013, 2016. E linha de transmissão em 2022.

MEGHIE: A pesquisa da Rani tenta compreender o que mudou na relação dos moradores com o território depois da chegada dos empreendimentos eólicos. Acontece que o território onde a comunidade fica situada já é alvo de disputa bem antes da chegada dos ventos da transição energética.

RANI SOUSA

Parte desse território era oficialmente de propriedade de um latifundiário lá da região, de dois, na verdade, latifundiários da região. Sendo que a comunidade quilombola de Macambira passa por um processo de expropriação ao longo do tempo, que é muito comum em outras comunidades quilombolas, que eles ocupam aquele lugar E, no caso de Macambira, eles tinham a posse, o título mesmo da terra, porque essa foi uma terra comprada pelo ancestral deles, que era escravizado. E com o tempo, esses latifundiários, esses coronéis, eles foram ocupando aquela terra.

MEGHIE: Mesmo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é um documento oficial do INCRA que reconhece e delimita o território como quilombola, a comunidade foi perdendo aos poucos esses pedaços de terra; mesmo produzindo ali ainda, com roçados de mandioca, por exemplo.

MEGHIE: Quando o parque eólico da multinacional espanhola Gestamp (que era o nome na época hoje se chama Elawan) chegou ao local, ele logo se aliou com os fazendeiros e deram início a uma batalha jurídica que durou anos: teve expulsão, depois reintegração de posse para os quilombolas, e, por fim, propuseram um acordo. Mas pelo que a Rani conta, não foi um acordo bacana não, foi mais na linha daquela oferta que não dá pra recusar, sabe?

RANI SOUSA

Eles tiveram que aceitar. Então assim, a comunidade deixou muito claro que eles foram coagidos, porque o latifundiário mandava pistoleiro, o pessoal da empresa dizia que, se fosse para uma outra instância, eles iam perder a terra toda. Então o que ocorre em Macambira é que toda a parte do território, as porções do território onde foram instalados aerogeradores posteriormente, permaneceram como propriedade do latifundiário. Eles perderam.

THEO: Foi desse jeito sujo que o Quilombo do Macambira perdeu 750 hectares de terra, 750 campos de futebol, ou mais de um quarto do território original deles para a geração de energia limpa para a transição energética. E sabe quem está ajudando a financiar isso?

LUIZ ANTONIO SOARES

Porque todo esse processo de transição energética é custeado pelo nosso dinheiro, pelo dinheiro do Estado. Do BNDES, por exemplo, que tem linhas de crédito gordíssimas. Então a gente tem que refletir, porque a gente está pagando por uma transição energética que não nos serve.

THEO: Segundo a o veículo Brasil Energia, o BNDES liberou 32,7 bilhões de reais em crédito para criação de parques eólicos entre 2016 e 2023. O resultado foi uma expansão do setor, que hoje responde por 14% do fornecimento de energia elétrica no Brasil. As eólicas só estão atrás da energia térmica, da chamada mini e micro geração distribuída (que são eminentemente aqueles painéis solares em cima de casas, prédios e outras construções), e claro, da energia hidráulica (das hidrelétricas), que suprem quase metade da nossa eletricidade. Os dados são do relatório de 2025 do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

THEO: Mas não é só com números que os ventos da transição vêm varrendo o semiárido nordestino. Para entender um pouco melhor o *modus operandi* de algumas dessas empresas, a gente conversou com o Fernando Joaquim Maia, professor de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

FERNANDO JOAQUIM MAIA

É uma situação complicada. Nesse processo aí, há o quê? Há uma reconcentração fundiária. Nós estamos vivendo no Nordeste hoje uma espécie de reconcentração fundiária muito comparável àquela que ocorreu na década de 1970 com a formação do agronegócio, onde os agricultores, os pequenos agricultores, foram levados à falência.

THEO: O Fernando faz parte do Dom Quixote, um grupo de pesquisa e extensão que tem esse nome porque... bom, deixa ele mesmo explicar.

FERNANDO JOAQUIM MAIA

Porque Dom Quixote lutava contra os moinhos de vento. E nós nascemos na preocupação de defender, de buscar enxergar a expansão das agências renováveis a partir dos interesses dos pequenos e médios agricultores. Então, nós fizemos uma metáfora com o Dom Quixote: não mais com os moinhos de vento, mas em relação aos grandes aerogeradores capitalistas.

THEO: O Fernando contou que a apropriação da terra está acontecendo via um arrendamento que pode até iludir, mas não tem beneficiado os pequenos produtores.

FERNANDO JOAQUIM MAIA

Então essas empresas chegam, adquirem grandes extensões de terra. Muitos desses agricultores resolvem abandonar a terra para viver de míseros aluguéis. Eles viram uma espécie de rentista para ganhar R\$ 400, R\$ 1 mil, R\$ 2 mil por mês.

THEO: Então basicamente a empresa chega e paga uma merreca de aluguel por cada

turbina eólica que ela instala no seu quintal. Se você é um latifundiário com capacidade de arrendar seu terreno para 50, 100 torres, aí a renda começa a valer a pena. Mas essa não é a realidade dessas comunidades que estão sendo impactadas.

FERNANDO JOAQUIM MAIA

É que as propriedades do Nordeste, a maioria são mini fundiárias. São propriedades de 5 a 10 hectares. Um aerogerador desse, quando é instalado, ele exige um raio de segurança de ação de 300 a 500 metros. Imagine o que é 500 metros, 300 metros em uma propriedade minifundiária de 5 a 10 hectares. Então, isso basicamente inviabiliza a produção agrícola. E isso compromete, quando isso atinge mais de 50%, digamos assim, a própria condição de segurança especial do agricultor.

MEGHIE: Outro problema é que muitos dos contratos fazem os agricultores cederem a posse da terra por 20 ou até 50 anos em alguns casos. Para Fernando, isso altera drasticamente o uso da terra e o modo de vida daquelas comunidades.

FERNANDO JOAQUIM MAIA

Nós estamos assistindo uma decomposição do campesinato, eles estão deixando de ser camponeses para virar, em vez de boias frias, virar rentistas de pequena categoria. Em boa parte está migrando, está saindo, está havendo um êxodo rural das regiões. Eles seguem com a terra, a terra está no nome deles, se for no cartório está lá. Mas a posse, o contrato averbado no cartório, está nas mãos da empresa. A posse a longo prazo.

MEGHIE: E isso, de novo, sob enorme pressão. Então depois do intervalo, você vai entender porque essa expansão frenética do setor eólico no Nordeste talvez nem faça tanto sentido assim. E ainda vai conhecer mais uma história de uma outra comunidade que está resistindo ao avanço das empresas.

INTERVALO

MEGHIE: Gente, o Ciência Suja está para lançar um livro que tem tudo a ver com o debate desse episódio. Ele vai se chamar A Ciência Colonizadora. É uma adaptação da nossa temporada sobre colonialismo e racismo na ciência. Mas, para esse livro virar realidade, a gente precisa levantar uma grana via financiamento coletivo para viabilizar as primeiras impressões. Apoiando em qualquer categoria, você já garante seu exemplar. E, dependendo do quanto oferecer, ainda leva outros livros e brindes da Editora Duas Aspas, que está com a gente.

MEGHIE: A campanha já está indo para os finalmentes, e ainda precisamos levantar uma grana considerável, então, se der para dar essa força, a gente agradece demais. É só acessar www.catarse.com.br/acienciacolonzadora. Ou procure por A Ciência Colonizadora e catarse no Google que você chega.

THEO: E agora, um recado do podcast Prato Cheio, que tá com uma nova temporada no ar. Escuta só:

SPOT

FIM DO INTERVALO

ROSELMA

Vieram. Eles vieram um dia aqui fazer uma visita. E chegaram aqui e a primeira coisa que eles fizeram foi: “Vamos derrubar? Vamos botar fogo agora?”. Eu disse: “vamos, se você quiser ir, é agora”.

PEDRO: Nessa hora, a Roselma tava contando para a gente da visita de um personagem que você ainda não escutou por aqui, e que estava propondo destruir mesmo uma turbina eólica: é o Cacique Robério, do povo Kapinawá, que fica no Vale do Catimbau, na região de Buíque, a umas quatro horas de viagem de carro de Recife. Antes de visitar a Comunidade Rural do Sítio Sobradinho da Roselma, eu e o Caio demos um pulo no Vale Catimbau para falar com o cacique.

ROBÉRIO

Chegamos a ser vitimados dessa questão. Quando pensamos, já estava um parque de energia eólico criado, um parque de energia eólica de Buíque. E a gente pegou de surpresa através de um estudante de direitos que estava na ESA. E aí, uma Kapinawá estava lá, e aí apresentaram: “Ó, nossa, que legal, que evolução, um parque de energia eólica ali em Buíque”. E aí a previsão era de 70 turbinas. Aí pegava essa área aqui toda.

PEDRO: Foi isso mesmo que você escutou: um belo dia chegou pelo vento a informação de que Buíque receberia um parque eólico, olha que bacana, e a localização coincidia justamente com a terra habitada pelo povo Kapinawá desde sempre. O Robério recebeu a gente na Aldeia Baixa da Palmeira e me explicou que aquela área ali é reivindicada por eles, mas não faz parte nem da porção de terra que é demarcada, e nem do Parque Nacional do Catimbau, que está ali do lado.

PEDRO: Foi uma pena a nossa passagem pelo Vale do Catimbau ter sido tão rápida. A região é linda, com formações rochosas, relevos de chapadas, aquela vegetação tão icônica de caatinga, e o Parque Nacional mesmo, que está ali do lado. É o segundo maior parque arqueológico do Brasil.

CAIO: E, Pedrão, vale fazer uma pausa aqui para agradecer o Cacique Robério pela recepção. Quando ele soube que a gente chegaria, ajudou a mobilizar as principais lideranças e as crianças das aldeias Kapinawá para darem entrevista e mostrarem que eles estavam muito por dentro do que estava acontecendo.

ROBÉRIO

Essa preocupação para todas as lideranças, ter cuidado. Porque da forma que vieram em outras comunidades, procurando aquelas pessoas semianalfabetas e desinformadas, para que não assinassem, não recebessem ninguém, não assinasse

nenhum tipo de documento sem ter a certeza do que está assinando, porque poderia cair num golpe. Quando pensasse que não, já estava assinando a liberação para a implantação desse tipo de situação.

CAIO: Ficou claro ali que os Kapinawá de todas as idades estavam sabendo que a chegada de um parque eólico representaria para o território e para os modos de vida deles. Enquanto a gente conversava com Robério e a dona Irene Monteiro da Penha, a Ninha, que morou a vida inteira ali, as crianças e jovens escutavam tudo e mostravam para a gente cartazes com palavras de ordem. O Pedrão vai deixar as fotos tudo no site e no Instagram.

ROBÉRIO

É porque a gente bateu o pé desde aqui quando a gente soube dessa situação, dessa ameaça. E quando aconteceu o momento lá em Recife, deixamos bem claro. A gente vai fazer por onde não deixar que implante a primeira hélice.

PEDRO: E deixar implantar a primeira pode mesmo ser um caminho sem volta, inclusive para os ecossistemas que povos como os Kapinawá ajudam a proteger. Daqui a pouco a gente retoma a história do Robério, mas é que durante um seminário do MabBiomias em São Paulo, a Meghie acabou conhecendo dois especialistas que ajudaram a dar esse contexto.

MEGHIE: Pois é, se você não conhece, o MapBiomias é uma rede de várias instituições que produz dados gratuitos sobre o uso e a cobertura da terra no Brasil e em outros países. Eu e o Pedrão entrevistamos um dos fundadores, o engenheiro florestal Tasso Azevedo, em um mesacast em agosto de 2026. Vale a pena escutar. Dica.

MEGHIE: Bom, nesse workshop que o Pedrão comentou, eu conheci o Soltan Galano, especialista em geoprocessamento focado na caatinga, e ele me apresentou a Geovana Freitas Paim, geógrafa da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia.

GEOVANA FREITAS PAIM

O monitoramento e todos os meus estudos são exatamente na área dos parques, onde estão implantados os aerogeradores. Aqui na Bahia, eles estão em áreas de serra.

MEGHIE: A Geovana disse que muitos dos locais na Bahia que estão recebendo parques eólicos ficam em regiões de serra que concentram algumas das principais nascentes do estado. Tem gerador a pouco mais de 100 metros de nascente. A terraplanagem feita nesses morros para instalar as torres pode causar o acúmulo de sedimentos, que levam ao assoreamento ou estreitamento dos cursos d'água. Na prática, é uma ameaça à segurança hídrica daquele local.

GEOVANA FREITAS PAIM

As comunidades que estão em volta dessas serras convivem com escassez hídrica a maior parte do ano. Portanto, a serra é o ambiente úmido delas, que serve para pegar

água. É onde eles soltam o gado durante o período de seca, que é onde o gado vai achar um verdinho ali para comer.

MEGHIE: Esse impacto socioambiental em mais um estado nordestino acaba reforçando a tese de que não tem problema criar mais uma zona de sacrifício por ali. Principalmente se a gente comparar como foi esse processo da entrada de parques eólicos no Rio Grande do Sul, que é uma das coisas que a Geovana já pesquisou.

GEOVANA FREITAS PAIM

Então, o preço da terra, terras baratas, terras que eles possam se apropriar de maneira muito rápida levou a essa expansão no Nordeste. Enquanto que o preço da terra é cinco vezes maior no Sul do Brasil, eles não expandiram tanto. Então, se a gente pega os dados e comparar, a gente vai ver que o Rio Grande do Sul tem 81 parques eólicos. Olha que o Rio Grande do Sul começou antes da Bahia, e a Bahia tem mais de 350 parques. De 81 para 350. Então, assim, é o preço da terra que é a grande questão, não é o vento.

THEO: Interessante, né? Então seria o baixo valor econômico da terra que vem atraindo as eólicas pro Nordeste, não só o vento. Até porque vento também existe em outros locais, talvez com menos impactos socioambientais. A Geovana apontou também que os órgãos de licenciamento gaúchos foram mais rigorosos com as empresas, que de certa forma conseguiram “driblar” o processo no Nordeste.

GEOVANA FREITAS PAIM

O que eu percebo foi exatamente um afrouxamento no licenciamento, em um aspecto importante do licenciamento, porque o licenciamento de parques eólicos foi embutido como licenciamento simplificado.

THEO: A necessidade de um processo mais completo só ficou para empreendimentos enormes, ou que encontrassem materiais arqueológicos. Então o que as empresas fizeram? Fragmentaram os parques. É isso aí: em vez de licenciarem 30 aerogeradores de uma vez, o que configuraria um grande empreendimento, elas foram licenciando parques menores, de 10 em 10 mais ou menos. Isso, segundo a Geovana, fez as coisas andarem rápido no Nordeste.

GEOVANA FREITAS PAIM

Então, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, o órgão ambiental deles elegeu paisagens impróprias para instalação de energia. E por que isso? Porque o Rio Grande do Sul utiliza muito as suas terras para criação de gado e cultivos agrícolas para exportação. Então, eles não iriam competir com a questão eólica. Para eles é muito mais vantajoso preservar suas terras para esses aspectos econômicos do que para a energia.

THEO: No próprio Nordeste também rolou algum freio por causa de outros interesses econômicos, mas o potencial das terras de uma região diz muita coisa. A Geovana deu o exemplo de áreas litorâneas em Sergipe ou na Bahia, que estão sendo muito mais

visadas para o turismo, para a construção de hotéis e resorts. Mas quem liga para a caatinga, ou para comunidades tradicionais fazendo agricultura de subsistência, né?

GEOVANA FREITAS PAIM

E assim ocorreu. Já aqui no Nordeste, não. Achou-se que era uma grande vantagem. Os municípios são muito pobres. A arrecadação, com base nos dados que eu levantei da Receita Federal, os municípios eólicos têm arrecadações abaixo de 2 milhões, muito pouco. Então, qualquer empreendimento que chegasse, eles acreditariam que seria grande e vantajoso para a população.

THEO: Nesse ponto, a Geovana reforçou o óbvio: os empregos que vieram com as eólicas são em boa parte temporários, da construção mesmo. O retorno a longo prazo para a região costuma ser baixo.

MEGHIE: O Soltan Galano, aquele pesquisador do Mapbiomas, mencionou uns números que fazem a gente ficar ainda mais preocupado com o futuro da caatinga. Escuta só: a área ocupada por parques eólicos mais que sextuplicou nesse bioma entre 2016 e 2025 — de 3,6 mil para 24,4 mil hectares. Trinta e sete por cento dessa área toda é só no Rio Grande do Norte. Aliás, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte somados respondem por quase 80% da área ocupada por parques eólicos na Caatinga.

MEGHIE: E aqui vem a parte mais maluca: essa expansão em ritmo frenético nem está trazendo tanta energia para rede, porque tem um gargalo. Escuta só a Geovana:

GEOVANA FREITAS PAIM

Antes, somente o governo comprava a energia gerada pelos parques eólicos. Quando essas empresas vão para o mercado livre de energia, qualquer empresa poderia comprar o excedente dessa energia gerada. Então, indústria de aço, indústria de cimento já comprava a energia diretamente no parque. Era uma relação direta da indústria com o dono do parque eólico. Então, esse mercado livre aqueceu muito. Soma-se aí essa geração distribuída pelos solares. Aí é um outro universo. E aí desaguou em um grande problema, que são as linhas de transmissão. Hoje a gente tem muito mais empreendimento eólico e solar do que a linha para receber energia gerada. É agora o grande gargalo da energia renovável.

MEGHIE: Outro adendo aqui: na série de reportagens “A Boiada da IA”, a repórter Laís Martins e colegas do The Intercept Brasil mostram a relação entre eólicas e data centers. É que esse casamento resolve um grande pepino: como o Brasil tem mais capacidade de geração do que de distribuição de energia elétrica, as eólicas precisam parar de produzir de tempos em tempos para não sobrecarregar o sistema elétrico nacional. E essas pausas geram prejuízos bilionários.

MEGHIE: A solução? Data centers que demandam uma eletricidade absurda, e que impactam ainda mais o meio ambiente e as populações locais, como a gente mostrou no episódio “Vale tudo pelo data centers?”, do ano passado.

MEGHIE: Um levantamento do Intercept e da Mongabay mostrou que, até dezembro do ano passado, 65% de todos os pedidos de conexão de data centers ao sistema interligado nacional que chegaram ao Ministério de Minas e Energia vieram de empresas de energia renovável, eólicas entre elas. Aliás, o Intercept e a Mongabay viram que muitas empresas de eólicas não só pedem a ligação de data centers ao sistema elétrico nacional como chegam a providenciar a instalação e até fazer o pedido de licenciamento ambiental. Quando está tudo certinho, as big techs entram em campo. É quase como se fosse tudo pensado para isso desde o início, né?

DONA NINHA

Quando eu vejo, eu passo a noite toda imaginando. Como é que a gente faz pra gente destruir um negócio daquele tão grande em pouco tempo? É muito grande, em pouco tempo. Aí a gente tem medo de noite, né? Porque diz que ele chega no silêncio. Ele chega no silêncio. Aí aqui eu peço aos meninos: “Não assinem papel de ninguém sem saber”.

PEDRO: A gente está de volta à aldeia da baixa da Palmeira, no território do povo Kapinawá, em Buíque. Você escutou agora a Irene Monteiro, a dona Nina, que estava descrevendo a ansiedade que sente quando pensa que tudo pode mudar de repente com a chegada das turbinas eólicas.

PEDRO: Importante destacar que não são só esses meganegócios que acabam fazendo pouco caso das comunidades indígenas. A dona Nina e o Robério contaram que mesmo a criação do Parque Nacional do Catimbau — e é um parque mesmo, não um parque eólico — envolveu um processo todo atropelado e nada transparente. Ele foi demarcado em 2002 passando sobre a terra ancestral ocupada pelos Kapinawá, gerou confusão entre os moradores, dificultou o acesso à terra para construir e cultivar.

PEDRO: Mas olha que curioso: depois que esse território começou a ser alvo de um parque eólico, as placas do Parque Nacional do Catimbau começaram a sumir.

DONA NINHA

Aí quando foi pra vir essas energias aqui, uma ali da Palmeira, ali da Palmeira assinou. Outro da serra também na serra assinou. Aí eles tiraram as placas. Aí o Parque Nacional foi e tirou as placas, tirou a da estrada da serra, tirou essa outra que ficava aqui e tirou outra que tinha lá perto do posto de gasolina do Catimbau. Aí pronto, aqui não sei nem se é parque mais nacional, porque eles tiraram as placas.

PEDRO: Do mesmo jeito que o parque não parece ter sido pensado para o povo Kapinawá, eu só consigo achar, depois de tudo que a gente apurou, que a energia elétrica que querem produzir ali também não vai ser para eles. Assim como não foi para a Roselma, nem para os moradores do Quilombo de Macambira.

PEDRO: Ser um indígena Kapinawá no Vale do Catimbau nunca foi fácil. O Cacique Robério me contou que era comum que eles se chamassem de “caboclos da Mina

Gande” para evitar perseguição.

ROBÉRIO

“Tu é índio?” Eu: “Oxe, eu não, eu não”. Tinha que se negar, porque se afirmasse que era índio, poderia ser aniquilado, fuzilado. Então, teve muita essa perseguição. E assim, até hoje a gente não se sente, vamos dizer assim, estamos livres de perseguições. Perseguições de direitos, de tirar direitos, e assim sucessivamente. Então, teve e tem até hoje essa resistência. Tem que resistir para poder existir, porque se não tivermos ligados, atentos, a gente acaba fraquejando e entregando o que é nosso para os outros.

PEDRO: E quando a ameaça das eólicas chegou no território, eles precisaram resistir de novo.

REPORTAGEM TV GLOBO

[Robério] Tem um projeto que está visando nossas comunidades. Pelo menos três aldeias podem sumir do mapa e o nosso direito de reivindicação para que a terra fosse demarcada, pela morosidade do governo, se nossa terra já tivesse completamente desmarcada...

THEO: Em fevereiro de 2025, o povo Kapinawá parou Recife. Depois de marcharem pelo centro da cidade e pelo bairro da Graça, eles ocuparam a sede da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, a Adepe. A Roselma também estava lá.

THEO: O protesto deu certo: num acordo com as secretarias estaduais da Casa Civil, de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Social, o governo aceitou suspender a licença de operação do Parque Eólico de São Clemente, que fica na região de Caetés. Também foi reaberto um processo de criar normativas para determinar distâncias maiores entre os aerogeradores e as residências, e não instalar parques de energia eólica em território do povo Kapinawá.

THEO: Mas não deu para comemorar por muito tempo: menos de dez dias depois do acordo, os moradores reclamaram que as turbinas foram religadas. Só que o território do povo Kapinawá ainda resiste sem os cataventos. Em abril de 2025, eles foram até Brasília e conseguiram suspender o leilão dos 126 hectares de uma fazenda endividada sobreposta ao território indígena.

THEO: Foi só depois de todo esse barulho que eles foram procurados por um representante de uma das empresas de energia eólica. Só que o Cacique não quis saber de reunião na cidade, em escritório da prefeitura, nada disso. Ele chamou o cara para o território.

ROBÉRIO

E aí a galera já tinha esse levantamento todinho. Aí assim, fizemos uma abertura e deixamos ele bem a vontade, entendeu? Aí quando ele veio pra lá e pra cá, aí ele disse: “Pronto”. “Você terminou? Pronto”. Aí nós começamos a questionar, ele titubeou

nas explicações, e aí ficou meio aperreado. Aí ele começou engolir seco, botaram água pra ele. Aí ele começou a perder o rumo, achou que ia pegar umas ovelhinhas, ia abrir o curral e trazer pra onde quisesse. Só que acabou surpreso. Foi surpreendido que a gente não estava tão desinformado como eles achavam que ia encontrar.

THEO: Quer dizer, foi preciso brigar muito, marchar até a capital do estado, depois até a capital do país, para daí um representante de uma empresa interessada em explorar os ventos do território conversar de verdade com a comunidade. E isso passa muito, mas muito longe do que deveria ser padrão, que é uma consulta prévia, livre e informada. Essa é uma das principais recomendações do Guia para uma Transição Energética justa, do Observatório da Branquitude.

THALES VIEIRA

Porque é nesse momento que você entende os modos de vida daquela comunidade e pensa nas possibilidades de reparação. Então, não se tem muito como pensar uma transição energética sem pensar essa reparação desses territórios racializados. E o Estado produzindo dados sobre isso, cumprindo as convenções, enfim. Então tem uma dinâmica de encadeamento de ações que eu considero bastante importante e que são o objetivo do lançamento do guia, que é fomentar esse tipo de encadeamento de ações por parte do Estado brasileiro.

MEGHIE: O Thales falou em “convenções”, né. Uma delas é a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que estabelece regras obrigatórias para proteger os direitos, a cultura e as condições de trabalho de comunidades tradicionais. O Brasil é signatário dela, então isso é regra.

MEGHIE: O Guia da Transição Energética do Observatório da Branquitude também traz uma série de recomendações para orientar comunidades, formar lideranças políticas e técnicas nos territórios e ainda exigir que o estado brasileiro considere os dados demográficos e enfrente a invisibilidade estatística que continua ignorando quem está sendo sacrificado em nome de um suposto progresso. E aqui vale a pergunta que a gente sempre faz: progresso para quem mesmo?

MEGHIE: Desrespeitar os modos de vida de comunidades e se apropriar dos recursos naturais para beneficiar empresas internacionais nada mais é do que reproduzir as dinâmicas coloniais do passado, só que agora em nome de uma energia limpa. E que, curiosamente, não está substituindo as fontes não-renováveis.

ROBÉRIO

Eu fico com essa grande interrogação: como é que é limpa se causa danos à saúde, danos ao meio ambiente, à natureza, ao bem-estar, à vida, à espiritualidade, aos nossos ancestrais? Modifica o modo de vida de cada comunidade. Aquelas comunidades têm que se adequar à realidade do capitalismo e deixar sua essência para o segundo plano. Então assim, eu não vejo essa limpeza toda. Porque para a gente respirar um ar limpo, a gente precisa do máximo de árvores possíveis.

MEGHIE: Diante dessas dinâmicas coloniais, o cacique Robério garante que o povo Kapinawá vai continuar lutando.

ROBÉRIO

Eu digo aos guerreiros e às guerreiras sempre: sempre deixar afiado as bordunas, as flechas. E principalmente a principal arma nossa, que é o maraca. Mas só bastou o maracá para o pessoal ver a força que tem.

ROBÉRIO

[cantando] Oh, índio guerreiro, viemos guerrear

Oh, índio guerreiro, viemos guerrear

Eu andei o dia inteiro procurando um terreiro da tribo Kapinawá

CRÉDITOS

MEGHIE: Antes de ir pros créditos, eu queria indicar uma série tão criativa quanto trabalhosa de um parceiro nosso da Rádio Guarda-Chuva. O Rodrigo Alves, do podcast Vida de Jornalista, se propôs a tocar uma temporada inteira de forma analógica para debater quanto a IA entrou nas nossas vidas, e particularmente no jornalismo. É a série Vida Analógica, e ela está fazendo um barulho na podosfera. Depois vai nas redes do Vida de Jornalista pra ver como o Rodrigo gravou os episódios sem recursos digitais, e dá o play no seu tocador, porque está fantástico.

THEO: Este episódio do Ciência foi apresentado por mim, Theo Ruprecht.

MEGHIE: E por mim, Meghie Rodrigues, com o Pedro Belo e o Caio Santos, da Griô Podcasts.

THEO: O Pedro e o Caio fizeram as captações externas e produziram esse episódio, com apoio da Meghie. O roteiro também é do Pedrão, e a edição de texto é minha, junto com a equipe toda.

MEGHIE: Eu, o Theo e o Pedro gravamos no estúdio Agência de Podcasts. Já o Caio gravou com a estrutura da Griô Podcasts. Ele também fez a edição de som e a mixagem. O Felipe Barbosa coordenou a edição, fez as trilhas e a masterização.

THEO: Neste episódio, nós usamos trechos de uma reportagem da TV Globo de Pernambuco e do filme “O Poderoso Chefão”.

MEGHIE: A Mayla Tanferri e o Guilherme Henrique fizeram a arte de capa e o nosso projeto gráfico.

THEO: O nosso site foi desenvolvido pelo Estúdio Barbatana. Lá você tem informações complementares dos episódios e sobre como ajudar a gente a seguir com o Ciência Suja, e os bônus que recebe ao participar do financiamento coletivo. É www.cienciasuja.com.br

MEGHIE: Você também nos encontra nas redes sociais, que são tocadas pelo Pedro Belo. O Ciência Suja está no Instagram, Facebook, TikTok, Twitter e Blue Sky.